

## **Em busca das memórias perdidas: o acesso aos arquivos secretos da ditadura e o desvendar das lembranças dos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia\***

Hugo Studart<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Comunicação de pesquisa que busca detalhar as descobertas e a abordagem metodológica da investigação historiográfica em curso sobre a guerrilha rural brasileira (1966-1974), através do uso combinado de fontes escritas remanescentes (diários e cartas dos guerrilheiros, documentos políticos do partido e documentos militares) e das fontes orais sobreviventes (guerrilheiros, camponeses e militares), procurando diálogo teórico com Walter Benjamin, Paul Ricoeur e Hannah Arendt a partir de suas reflexões sobre o conceito de memória, assim como em questões como memória e esquecimento, anistia e perdão.

*Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; Memória e esquecimento; Direitos Humanos*

### **Abstract:**

Communication of research that aims to detail the discoveries and the methodology of historiographical research in progress on the Brazilian rural guerrilla (1966-1974), through the combined use of remaining written sources (diaries and letters of the insurgents, political documents of the party and military documents) and survivors of oral sources (guerrillas, peasants and soldiers), seeking for theoretical dialogue with Walter Benjamin, Paul Ricoeur and Hannah Arendt from her reflections on the concept of memory, as well as on questions such as memory and forgetfulness, amnesty and pardon.

*Keywords: Brazilian Guerrilla; Memory and forgetfulness; Human Rights.*

### **Introdução**

A guerrilha rural brasileira guarda um grande paradoxo. Foi uma das insurreições armadas mais representativas da luta revolucionária no Brasil; o conflito interno com a maior mobilização de contingentes das Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, permanece como um dos episódios mais obscuros da nossa história. Teve início em 1966, quando um pequeno grupo de militantes do recém-fundado Partido Comunista do Brasil, PC do B, jovens universitários voluntaristas em quase totalidade, sem armas ou provisões, chegou à região do rio Araguaia, sul do Estado do Pará, na selva Amazônica, a fim de preparar um movimento armado revolucionário, de cunho marxista-leninista, que pretendia partir do campo para a conquista das cidades.

Quando os militares os descobriram, em 1972, os guerrilheiros eram exatos 69. Foi então que o Estado constituído, um regime militar e autocrático, teria optado por combater os adversários com práticas de exceção, violações aos Direitos Humanos e às Convenções de

---

\* Artigo submetido em 15 de maio/2012, e aprovado em 05 de julho/2012.

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) e graduado em Jornalismo pela mesma instituição.

Genebra. Quando o episódio terminou, em fins de 1974, deixou um saldo de pelo menos 95 vítimas. Desses, 18 já descansam em sepulturas, sendo 10 militares, seis camponeses e dois guerrilheiros. Ainda haveria 77 desaparecidos – 56 guerrilheiros, 20 camponeses e um soldado.

Quase quatro décadas depois, o Exército continua em silêncio, recusando-se a abrir seus próprios arquivos. Por quê? Ora, há muitos esqueletos a desenterrar. Os militares fizeram prisões arbitrárias, torturaram camponeses e guerrilheiros, executaram prisioneiros, cortaram cabeças, deixaram corpos insepultos para trás. Terminado o conflito, houve ordens expressas dos generais comandantes, incluindo o general-presidente Ernesto Geisel, de destruir os documentos que dessem pistas sobre a localização dos corpos, sobre as violações de direitos – e até mesmo sobre a própria existência da guerrilha. “Operação Limpeza” de 1975, como foi batizada, destruiu os documentos mais relevantes sobre o episódio e cremou a maior parte dos corpos dos guerrilheiros.

Entretanto, milhares de páginas de documentos secretos restaram, ou dispersos em arquivos oficiais, ou nas gavetas pessoais de militares que combateram na selva. Permaneceram, em especial, as memórias dos sobreviventes. São eles os 12 guerrilheiros que retornaram vivos e alguns militares dispostos a revelar o que se passou em relatos orais. Restou, principalmente, a memória de uma centena de camponeses e de indígenas que participaram ativamente da luta, ou apoiando a guerrilha, ou como vítimas da repressão da ditadura, ou como guias dos militares nos combates na selva.

É sobre a metodologia para a análise de fontes escritas e orais para desvendar a história da Guerrilha do Araguaia – os documentos e as memórias dos sobreviventes – que este texto se propõe versar.

### **A construção de um acervo**

Esclareço, preliminarmente, que há muito que as questões de Direitos Humanos, as revoluções e a história da ditadura militar brasileira desperta-me inquietações. Sobre a guerrilha rural, especificamente, venho trabalhando com o tema há quase 20 anos, de início como jornalista, agora como pesquisador em História<sup>2</sup>. Em 2005, defendi dissertação de mestrado sobre o tema, sob o título “O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia

---

<sup>2</sup>Em janeiro de 1992, por exemplo, escrevi minha primeira reportagem sobre os desaparecidos políticos do Araguaia: Hugo Studart. “Garoto procura foto do pai no arquivo do DOPS: Joca quer conhecer rosto adulto de André Grabois”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 1992, pag.1 et pag. 1-4. Desde então, publiquei duas dezenas de outras reportagens ou artigos sobre os temas guerrilha rural, guerrilha urbana, regime militar, atos de exceção e desaparecidos políticos.

(1972-1974)”<sup>3</sup>. A partir de 2009, contudo, iniciei pesquisa de doutorado que se propunha buscar tecer “As memórias dos guerrilheiros do Araguaia”.<sup>4</sup>

Foi por conta dessas inquietações que, a partir 1998, comecei a formar um acervo pessoal com documentos e fotografias sobre o regime militar brasileiro e a Guerrilha do Araguaia. Busquei-os primeiro com familiares de desaparecidos. Saí a campo junto aos acervos públicos sobre o período, como o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado, em São Paulo, e da Justiça Militar. No governo Lula<sup>5</sup>, consegui acessar microfimes e documentos produzidos pelo extinto Serviço Nacional de Informações, SNI. A maior surpresa dessas prospecções foi encontrar um rico acervo sobre a guerrilha rural, com dezenas de documentos inéditos, nos arquivos das antigas Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios da Agricultura, da Saúde e das Minas e Energia<sup>6</sup>.

Os documentos mais relevantes, contudo, encontram-se nos arquivos pessoais de militares que atuaram na repressão política daquele período. Não era regra geral, mas era bastante comum entre os militares formar acervos pessoais com documentos relativos às suas atuações na repressão à “subversão”. Ou resguardarem em suas residências cópias de documentos dos arquivos secretos dos serviços de inteligência. Foi assim que milhares de páginas de documentos e fotografias escaparam da cremação de 1975. Fato importante é que, desde 1996, alguns militares da reserva vêm entregando a jornalistas parte de seus acervos, sempre em iniciativas individuais, dispersas, esporádicas e espasmódicas.

Desta forma, acabei por formar um grande acervo pessoal sobre a Guerrilha do Araguaia. Em fins de 2009, em plena fase da pesquisa de campo do doutorado, fui aceito como Investigador em Mobilidade do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de

---

<sup>3</sup>A dissertação foi defendida em 11 de abril de 2005, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, tendo como orientadora a professora doutora Cléria Botelho da Costa, do Departamento de História da UnB. Revista e ampliada, foi publicada em livro: Hugo Studart. *A Lei da Selva – Estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006., tendo sido agraciada no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2006, e como finalista do Prêmio Jabuti, em 2007.

<sup>4</sup>Dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa História Cultural, tendo como orientadora a professora doutora Cléria Botelho da Costa, do Departamento de História da UnB.

<sup>5</sup>Luis Inácio Lula da Silva, 2003-2006; 2007-2010.

<sup>6</sup>Ao longo de toda a repressão à Guerrilha do Araguaia, os militares da área de informações buscaram disfarces com os quais pudessem circular livremente pela região sem levantar muitas suspeitas entre os guerrilheiros e os moradores. Assim, houve preferência por disfarces como técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Incra, na época do Ministério da Agricultura; disfarces como agentes da chamada “Operação Mata-Mosquitos”, de combate à malária, então do Ministério da Saúde; ou como engenheiros e técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, do Ministério das Minas e Energia. Por essa razão, cópias de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia terminaram esquecidos nos arquivos confidenciais desses órgãos. Obtive nesses três órgãos algumas dezenas de documentos sobre o episódio.

Coimbra<sup>7</sup>. Foi assim que cheguei ao Centro de Documentação 25 de Abril<sup>8</sup>. Em trabalho de parceria, separamos documentos, imagens e mapas, digitalizamos milhares de páginas, organizamos e classificamos pastas<sup>9</sup>. Imprimi ou fotocopiei o que, em uma primeira classificação, avalei interessar para o objeto proposto na pesquisa. Ao fim e ao cabo, descobri ter um acervo pessoal com duas centenas de fotografias e mapas e cerca de 3 mil documentos, que podem somar quase 15 mil páginas<sup>10</sup>.

A parte desse acervo que mais interessa à minha atual pesquisa – “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia” – é um conjunto de *corpus* escrito que encontram-se até a presente data ocultos nos arquivos dos serviços de inteligência militares. Há quase três centenas de páginas produzidas pelos próprios guerrilheiros ao longo de quase três anos de guerrilha. Há documentos “oficiais”, como relatórios da guerrilha enviados para a direção do Partido, em São Paulo. Há panfletos e “Comunicados ao Povo”, distribuídos entre os moradores da região e, ato-contínuo, apreendidos pelos militares. Os guerrilheiros também produziram diários pessoais. Em seus momentos de introspecção, na interminável espera pelo próximo confronto, escreviam sobre os combates, analisavam os movimentos dos inimigos e a conjuntura política.

Escreviam sobre si mesmos. Produziram longos relatos sobre o cotidiano na guerrilha, as intempéries da selva, as doenças enfrentadas, receitas de medicamentos caseiros e de comida. Reclamavam da fome, viviam famintos. Compunham canções. Cometiam poesias. Registraram seus sonhos, esperanças, projetos futuros, seus temores, suas dores – mas ainda não encontrei qualquer registro sobre seus amores.

---

<sup>7</sup> Instituição fundada e dirigida pelo professor doutor Boaventura de Sousa Santos.

<sup>8</sup> Instituição da Universidade de Coimbra, também fundada e dirigida por Boaventura de Sousa Santos, a quem devo agradecer a decisão de apoiar esta pesquisa.

<sup>9</sup> Registro agradecimentos especiais à diretora executiva do Centro de Documentação 25 de Abril, Dra. Natércia Coimbra, de quem obtive apoio integral do primeiro ao último momento. Assim como à pesquisadora Filomena Calhindo, que esteve comigo, em trabalho, por três meses ininterruptos, e a quem coube o trabalho de digitalização dos documentos e assistência na classificação do acervo.

<sup>10</sup> Embora o uso da primeira pessoa do singular, assim como a explanação das experiências pessoais do autor, sejam práticas polêmicas nas academias, abro nota para esclarecer que inspiro-me conceitualmente em Martin Heidegger e, na prática, no professor Boaventura de Sousa Santos, de quem fui aluno na Universidade de Coimbra. Em sua obra *Ser e Tempo*, Heidegger observou que nós próprios somos as entidades a ser analisadas, defendendo a tese de que a Filosofia precisa ser encarada a partir da perspectiva de nossa relação pessoal com nosso próprio *ser* interior. Para ele, só conseguiremos analisar o ser humano, objeto fundamental da Filosofia, assim como suas ações na História, a partir da perspectiva interna, buscando uma análise concreta do “ser” a partir de nossas próprias experiências vividas, a partir do ser humano imerso no mundo cotidiano. Boaventura, por sua vez, em sua tese de doutorado em Sociologia do Direito, “Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada” (1973), pela universidade de Yale, buscou inovar ao incluir sua experiência pessoal entre os moradores de uma favela do Rio de Janeiro. Relatou sentimentos, emoções e até a relação com as namoradas que arranhou em suas pesquisas sociológicas. Publicou uma tese díplica. Nas páginas à esquerda, narrou a experiência pessoal. Nas páginas à direita, publicou a análise teórica. Procurou sintonizar a narrativa pessoal com a análise acadêmica. Desde então, Boaventura sempre exige de seus orientandos de doutorado pelo menos um capítulo narrativo sobre as próprias experiências pessoais na pesquisa, pois é infectível, pensa o sociólogo, que a ideologia do pesquisador influencie e permeie toda a análise.

Entre esses documentos, o que aparenta ser o mais relevante é o diário do comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, codinome Mário, *corpus* que ficou conhecido como o “Diário do Velho Mário”<sup>11</sup>. Trata-se de um documento extremamente rico na descrição das estratégias de luta, no relato dos acontecimentos factuais, desnuda imaginários, canções e poesias. É especialmente detalhado na descrição do cotidiano da guerrilha, sua organização, as intempéries de selva, as diversas doenças e a fome, muita fome – assim como soluções encontradas para os problemas, com receitas de comidas preparadas com caça e coleta, ou de remédios caseiros.

Há ainda um outro conjunto de *corpus* escrito, formado por documentos do PC do B apreendidos em 1976 durante uma operação de repressão que ficou historicamente conhecida por “Chacina da Lapa”. Neles, o partido começa a tecer uma avaliação crítica sobre a Guerrilha do Araguaia.

### **Metodologia de análise documental**

Em sua obra “O Método – Volume 3”, Edgar Morin confessa que vivenciou, ao longo da construção do trabalho, “uma tríplice tragédia”. Primeiro, a tragédia bibliográfica, na qual, em cada domínio que se propunha caminhar, via-se diante do crescimento exponencial dos novos conhecimentos e referências. Segundo, a tragédia da complexidade dos temas. Por fim, a tragédia de visar à totalização, à unificação, à síntese. Mas terminou por chegar à “consciência absoluta e irremediável do caráter inacabável de todo conhecimento, de todo pensamento e de toda a obra” (MORIN, 2008: 38). Concluiu, ainda, que sua tríplice tragédia seria a tragédia de todo saber moderno.

Tragédia similar seria natural para qualquer pesquisador diante de cerca de 15 mil páginas de documentos, mapas e fotografias. Com a relevância de serem inéditos em quase sua totalidade. Mas o agravante de que boa parte do material selecionado não passar de fragmentos – faltam páginas, ou são meras páginas velhas e soltas, ou não têm assinatura. Se analisada dentro dos paradigmas do positivismo cientificista, poderiam muitos deles serem descartados. Contudo, podem ser observados sob outros olhares, como fragmentos de ossos ou cacos de cerâmicas encontrados numa caverna, precisando de um arqueólogo para interpretar seus sentidos. Se analisados em seu conjunto e dentro de um contexto teórico,

---

<sup>11</sup> Cópia datilografada do Diário, com 185 páginas, se encontra nos arquivos secretos do Centro de Inteligência do Exército, CIE, em Brasília. Obtive uma cópia durante a pesquisa para a dissertação de Mestrado e utilizei alguns trechos no trabalho. A editora Geração já fez proposta de publicá-lo na íntegra, como livro. Optei por preservá-lo como fonte primária para uma pesquisa no doutorado.

esses documentos podem ser capazes de jogar “clarões de luzes” sobre aquilo que Fernand Braudel define como “instantâneos da História”<sup>12</sup>.

O antropólogo Clifford Geertz, um dos pais da História Cultural, explica que os documentos históricos, as fontes escritas, fixam uma interpretação. Os textos antropológicos, escreve o autor, são eles mesmos interpretações – e no caso, de segunda e terceira mão. Só o nativo faz uma interpretação de primeira mão, pois o texto (ou documento) foi construído de acordo com a sua própria cultura. Assim, diante desses documentos, um historiador só conseguiria fazer uma interpretação de segunda ou terceira mão. Seria preciso buscar os “nativos” capazes de interpretá-los segundo sua própria cultura (Cf. GEERTZ, 2003). No caso, os “nativos” são os guerrilheiros sobreviventes do Araguaia, como também os camponeses e militares remanescentes dos conflitos. Desta forma, torna-se necessário incorporar à narrativa histórica também as fontes orais.

Carlo Grinzburg apresenta aquela que me parece a metodologia mais apropriada para o uso combinado de fontes escritas e orais. Um dos pais da micro-história, Grinzburg também advoga a utilização de narrativas ao longo da pesquisa, entremeadas com a análise documental. Diz que para fazer uma boa pesquisa, o historiador precisa partir de um método – no caso, o que ele batizou de “método indiciário” – e ao mesmo tempo construir uma narrativa com perspectivas teóricas.

De acordo com o “método indiciário” (de indício, pista), toda pesquisa histórica deveria começar a partir de pelo menos um documento. Mas Ginzburg está muito longe de ser um positivista, que acredita no documento como uma “verdade”, ou um dogmático em sua própria metodologia. Também não relativiza o uso de documentos, como alguns autores da História Cultural. Ele levanta a questão das provas, critica a retórica e ao fim propõe um meio-caminho, no qual o documento é importante, mas não é dogma; deve ser interpretado com ressalvas, mas também não pode ser desprezado, sob risco do historiador de deixar seduzir pela mera retórica. Enfim, sua metodologia prega uma trama com documentos, narrativas e análise teórica (Cf. GINZBURG, 2002).

### **Memória como metáfora**

Os britânicos criaram dois termos semelhantes, *stories* e *history*, para distinguir ficção e realidade. Um seria uma estória que se conta. Outro, uma história que se segue. Para

---

<sup>12</sup> Fernand Braudel usa a expressão “clarões de luzes sobre instantâneos da História”. Sônia Lacerda. *História, narrativa e imaginação histórica*. Apud: Tânia Navarro Swain (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, pág. 13.

pensadores como Walter Benjamin e Paul Ricoeur, entretanto, mais do que um preciosismo linguístico, tal distinção seria um erro epistemológico. Afinal, eles ousaram lembrar aquilo que os antigos sempre souberam: História e ficção emergem da mesma matriz, a memória – embora guardem distinções quanto ao método e, principalmente, quanto ao objetivo. Benjamin e Ricoeur também lembraram que os historiadores, tal qual os narradores orais medievais, tal qual os romancistas, tecem uma trama de acordo com a sua visão pessoal do que venha a ser a realidade e os fatos<sup>13</sup>.

Ainda na década de 1930, Benjamin apresentou visão teórica original sobre a *memória*, ou a *mimesis*, pontos nevrálgicos de sua obra. Ele foi crítico ácido e bem fundamentado do historicismo positivista do século XIX. Essencialmente, ele negou a possibilidade de uma História “tal como de fato aconteceu”, segundo o credo positivista, e propôs resgatar a memória como meio de nos relacionarmos com o passado. Para Benjamin, não existe a tal *neutralidade científica*; e todo conhecimento é um embate de interesses. O registro da memória, segundo o pensador, é mais aberto, aceita os testemunhos e as imagens (e não só a escrita burocrática), nem se apegava ao dogma científico das supostas neutralidades.

Benjamin encontrou na obra de Marcel Proust, de quem foi tradutor e leitor obsecado, os fundamentos da compreensão do conceito de *mimesis* e, por conseguinte, da História. Benjamin observou que Proust, em sua busca pelo tempo perdido<sup>14</sup>, não se propôs a simplesmente revelar suas memórias, nem o acontecido tal qual teria ocorrido. Mas sua proposta foi a de *buscar* analogias e semelhanças entre o passado e o presente, relembrar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora. Concluiu Benjamin, no ensaio “A Imagem de Proust”:

*Pois o acontecido vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (...). A eternidade que Proust nos faz vislumbrar não é a do tempo infinito, e sim do tempo entrecruzado. Seu verdadeiro interesse é consagrado ao fluxo de tempo sob sua forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento externamente. (BENJAMIN, 2001: 55)*

Proust também mostrou a Benjamin que a memória é sempre seletiva na construção do passado, e que é também a partir do esquecimento – tema este que já havia sido abordado por

---

<sup>13</sup> Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, argumenta: “O que é uma história que se conta (*story*)? E o que é ‘seguir’ uma história? (...) Vê-se que esse esboço da noção de história (*story*) não está longe daquilo que chamamos acima de tessitura da intriga” (RICOEUR, 1994: 214)

<sup>14</sup> Refiro-me à obra-prima de Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*, de sete volumes (1913-1927), que Benjamin traduziu para o alemão.

Nietzsche – que os fatos abrigados pela memória são reconstruídos. Benjamin então buscou ampliar a visão sobre a *mimesis*. Ele distingue dois momentos principais da atividade mimética: não apenas reconhecer, mas produzir semelhanças. Ou seja, a memória conserva os traços gerais do acontecido, mas a imaginação modifica e amplia. Assim, lembrar não seria apenas reviver o passado, resgatá-lo tal qual ele foi – ou acredita-se que tenha sido. Mas seria a reconstrução das experiências passadas no tempo presente. Com a palavra, Gagnebin:

*A originalidade da teoria benjaminiana está em supor uma história da capacidade mimética. Em outras palavras, as semelhanças não existem em si, imutáveis e eternas, mas são descobertas e inventariadas pelo conhecimento humano de maneira diferente, de acordo com as épocas. (...) A sua tese principal é que a capacidade mimética humana não desapareceu em proveito de uma maneira de pensar abstrada e racional, mas se refugiou e se concentrou na linguagem e na escrita. (GAGNEBIN, 1993: 98)*

Meio século depois da morte de Benjamin<sup>15</sup>, Paul Ricoeur procurou decifrar o enigma da representação do passado na memória. Ele parte da ideia de que a memória é sempre seletiva; e o homem vive, em sua historicidade, uma incessante dialética entre a recordação e o esquecimento. Cada indivíduo participa, simultaneamente, de vários campos da memória, conforme a perspectiva que se coloca e a sua retrospectiva.

Em sua última obra, *A memória, a história e o esquecimento*<sup>16</sup>, Ricoeur trata do mito e da *mimesis*. Para Ricoeur, *mimesis* não significa cópia, mas construção linguística que vai compor um mundo. É metaforização, agenciamento dos fatos em construção metafórica. O importante para o historiador é não buscar compreender frases isoladas, mas o sentido geral, a totalidade da obra, participar desse universo ficcional através da mediação dessa totalidade.

Nesse sentido, a partir dos pensamentos de Benjamin e de Ricoeur, entendo que a *memória* é, em síntese, a reconstrução de experiências do passado no tempo presente. Assim, o objetivo desta pesquisa é *buscar* (como Proust) reconstruir as experiências vividas pelos guerrilheiros do Araguaia, suas *memórias*, dentro da mediação do tempo presente. O historiador pode buscar reconstruir essas memórias diretamente nos escritos que os guerrilheiros deixaram, ou trabalhando com a reconstrução das lembranças que os sobreviventes trazem do passado para o presente.

---

<sup>15</sup> Faleceu em 1940. Sua morte ainda é envolta de mistério. A versão mais difundida é que teria cometido suicídio durante a tentativa de fuga da França ocupada pela Alemanha para a Espanha, através dos Pireneus, temendo ser entregue à Gestapo.

<sup>16</sup> Paul Ricoeur. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, 2ª reimpressão.

Mas sempre atento ao sentido geral dos acontecimentos protagonizados pelos guerrilheiros, sem ter a pretensão de reconstruir os fatos do modo exato como se deram, ou de reproduzir exatamente o que pensavam ou criavam os protagonistas. Parafraseando Benjamin, pesquisar “A Memória dos Guerrilheiros do Araguaia” será um exercício de rememorar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora.

### **Memórias, sensibilidades e amnésias**

LeGoff afirma que memória e história fertilizam-se mutuamente, chegando mesmo a se confundirem (Le Goff. *apud* DELGADO, 2006: 70). Pesavento (2008: 26), por sua vez, lembra que os homens aprendem a traduzir o mundo em razão dos sentimentos. As sensibilidades seriam as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Assim, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador, àquele objeto a capturar o passado, à própria energia da vida:

*Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e forma de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos (PESAVENTO, 2008: 58-59).*

Dos 69 guerrilheiros presentes no Araguaia quando os militares lá chegaram, há 12 ainda vivos<sup>17</sup>, dos quais, até a presente data, entrevistei seis deles – Criméia Alice Almeida, João Carlos Wisnesk, José Genoíno Neto, Lúcia Regina Martins, Micheas Almeida, Regilena Carvalho. Estão todos, sem exceção, tomados de sensibilidades, cada um a seu próprio modo. Alguns buscaram “exteriorizar os sentimentos”, diria Pesavento, descortinar suas memórias de forma efusiva, detalhada, reflexiva e colaborativa, como Regilena Carvalho e João Carlos Wisnesky. Outros estão se mostrando bastante reticentes; aparentam buscar “esconder os sentimentos”.

---

<sup>17</sup> Criméia Alice Schimdt Almeida, codinome na guerrilha “Alice”; Dagoberto Alves Costa, “Miguel”; Danilo Carneiro, “Nilo”; Eduardo Monteiro Teixeira; João Carlos Wisnesky, “Paulo Paqueta”; José Genoíno Neto, “Geraldo”; Lúcia Regina de Sousa Martins, “Maria”; Luzia Reis Ribeiro, “Lúcia”; Micheas Gomes de Almeida, “Zezinho”; Pedro Albuquerque Neto, “Jesuíno”; Regilena da Silva Carvalho, “Lena”, Rioco Kaiano; Tereza Cristina Albuquerque, “Ana”.

Regilena Carvalho, por exemplo, foi presa em abril de 1972, alguns dias depois de os militares chegarem ao Araguaia, e antes dos primeiros combates e primeiros mortos. Ela foi para o Araguaia por convicção revolucionária, mas principalmente, esclareceu, para acompanhar o então marido Jaime Petit da Silva, com quem começou a namorar aos 14 anos. Desde o início, tinha uma visão bastante crítica da organização militar guerrilheira e do cotidiano na selva. De volta às cidades, rompeu com o PC do B. Jornalista ferina, suas análises críticas sobre a guerrilha foram objeto de estudos e livros, como *Mulheres que foram à luta armada*, de Luis Maklouf Carvalho.

João Carlos Wisnesky, por sua vez, guarda uma das biografias mais polêmicas dentre os guerrilheiros. Entre meados e fins dos anos 60, foi jogador de futebol profissional na Europa, Holanda e França. Até que descobriu que fora vendido, à revelia, para um clube do México. Revoltado, abandonou a França e o futebol. Seu melhor amigo era Affonsinho, meio-campo do Botafogo e da Seleção Brasileira, o primeiro jogador do Brasil a conquistar o direito de ser dono de seu próprio passe. Affonsinho teria sido influenciado pelo exemplo do amigo Wisnesky. De volta ao Rio de Janeiro, Wisnesky prestou vestibular e começou a cursar Medicina. Foi na universidade que conheceu e entrou para o PC do B e, a partir de 1970, começou a recrutar colegas estudantes para a Guerrilha do Araguaia. Recrutou cinco, seis com ele, ou quase 10% da guerrilha.

Membro do Destacamento A da guerrilha, sobreviveu às duas primeiras campanhas do Exército, entre abril e outubro de 1972. Ao longo de 1973, durante o chamado “Período de Trégua”, passou a discordar abertamente das estratégias, das táticas e das pequenas decisões cotidianas dos chefes guerrilheiros, incluindo o comandante-geral Maurício Grabois e seu filho André Grabois, chefe direto de Wisnesky. Reclamava de tudo e todos. Desertou a 29 de setembro de 1973, ao avaliar que seria executado (“justiçamento”) pelos próprios companheiros por suposta “traição à revolução”. Quatro dias depois os militares voltaram ao Araguaia para a derradeira campanha. Wisnesky é até hoje tratado pelo PC do B como “traidor”, “delator” e possível “agente infiltrado”, acusações que ele nega. É médico acupunturista e mora isolado numa ilha no litoral do Rio Grande do Norte, perto de Mossoró. Seus relatos sobre a experiência da guerrilha são detalhados e cheios de emoções.

Outros guerrilheiros sobreviventes medem as palavras, tergiversam, emanam a impressão de que optaram pelas memórias seletivas, demonstram estarem claramente incomodados durante os depoimentos, como é o caso de José Genoio, preso nos primeiros dias de combate, e de Michéas Almeida, aliás, o único sobrevivente da terceira e derradeira

campanha militar, entre 1973 e 1974. Sobre Genoíno, lembro que ele foi o primeiro guerrilheiro a ser preso, em 18 de Abril de 1972, assim que os militares chegaram no Araguaia. Paira sobre sua biografia a suspeita de que poderia ter colaborado com o Exército, ajudando a fazer mapas e a compreender a organização da guerrilha. Pelo menos dois militares, o coronel Lício Maciel e o capitão e deputado Jair Bolsonaro, já o acusaram explicitamente de “delator”<sup>18</sup>.

Sobre Micheas, também pairam muitas nuvens escuras sobre sua própria história pessoal. Ele deixou o Araguaia em Dezembro de 1973, levando junto o sub-comandante da guerrilha Ângelo Arroyo. Segundo o relatório escrito que Arroyo fez à direção do Partido, em 1976, um terceiro guerrilheiro saiu com eles, mas o sub-comandante omitiu seu nome. Arroyo foi morto em 1976, na chamada “Chacina da Lapa”, em São Paulo. Quanto a Micheas, desapareceu. Só reapareceu em 1992, apresentando-se à então CPI do Cemitério de Perus<sup>19</sup>. Micheas contou então que não havia reaparecido após a Lei da Anistia, de 1979, porque teria sofrido de amnésia por conta dos “traumas” da guerrilha. Por isso nem mesmo seus filhos sabiam que era um ex-guerrilheiro. O PCdoB abrigou Micheas de volta em suas fileiras.

Ele hoje vive em Xambiá, Tocantins, e é conhecido como “Zezinho do Araguaia”. Micheas demonstra uma memória fabulosa para relatar alguns episódios da guerrilha. Contudo, quando indagado sobre episódios importantes para a escrita da História da guerrilha, voltam os surtos de amnésia. Até hoje ele não revelou nem mesmo ao partido, por exemplo, quem seria o terceiro guerrilheiro que saiu com ele e Arroyo da região. Não revela nem mesmo se ainda está vivo, ou se chegou vivo. Tenho conversado bastante com Micheas sobre muitos episódios da guerrilha. Mas quando qualquer outra pessoa, inclusive companheiros do PCdoB, perguntam-lhe sobre episódios essenciais, como a fuga da região, ele diz que não se lembra, demonstra nervosismo, encerra a conversa e sai de perto.

Há ainda o caso de Lúcia Regina Martins, ex-guerrilheira que da mesma forma apresenta uma predileção pelo esquecimento deliberado, tão grandes foram os traumas carregados do Araguaia. Lúcia Regina entrou para a guerrilha, segundo me relatou, muito mais para acompanhar o marido Lúcio Petit da Silva. Ficou grávida e foi obrigada pelos comandantes a fazer um aborto. Estava prestes a morrer de infecção quando, em dezembro de

---

<sup>18</sup> Em minhas próprias pesquisas para a Dissertação de Mestrado, concluí que as informações prestadas por José Genoíno enquanto preso não teriam levado os militares a nenhum guerrilheiro. Ver: Hugo Studart. *A Lei da Selva*, op. cit., pág. 109. Mas também o fato é que Genoíno evita prestar depoimentos, a historiadores ou jornalistas, sobre a Guerrilha do Araguaia.

<sup>19</sup> Local onde havia sido descoberto uma área onde estavam enterrados vários desaparecidos políticos do regime militar.

1971, Maurício Grabois tomou a decisão de autorizar seu retorno a São Paulo. Foi só então que seus pais souberam onde estava e o que fazia. Regina abandonou o partido dois meses antes de os militares chegarem à região e “desapareceu” no anonimato da cidade. A partir de 1980, o PC do B passou a apontá-la como a principal suspeita de “delação” da guerrilha aos militares.

Em 2002, depois de 30 anos de silêncio, Lucia Regina foi encontrada, em Taubaté, por um grupo de estudantes de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. Virara dentista. Estava casada e com filhos entre adolescentes e adultos. Jamais revelara sequer ao próprio marido que havia estado no Araguaia. Só depois de descoberta pelos estudantes, chamou a família para relatar seu passado. Então concedeu a primeira entrevista. Falei com ela ao telefone e depois no condomínio fechado onde mora, na casa de um amigo em comum. Chorou muito e acessou muito pouco da própria memória nessa primeira tentativa.

Ainda preciso buscar acessar as memórias dos demais sobreviventes. Importante ressaltar que dos 12 sobreviventes, 10 deles ou saíram da guerrilha antes dos combates começarem, ou foram presos entre abril e maio de 1973, assim que os militares chegaram à região. Assim, só poderão relatar reminiscências a respeito de acontecimentos ou interpretações relativos aos preparativos da guerrilha e ao cotidiano dos primeiros tempos na selva. Somente dois guerrilheiros sobreviveram aos acontecimentos posteriores, João Carlos Wisnesky e Micheas Almeida.

Ou seja, para desfraldar as memórias dos guerrilheiros do Araguaia”, seria preciso desfraldar outras fontes orais. Quais? Quem teria testemunhado os combates? Ora, além de Wisnesky e de Micheas, restaram daqueles tempos somente militares<sup>20</sup> e camponeses<sup>21</sup>.

### **As lembranças dos camponeses**

Desde que dei início às pesquisas de campo para a tese sobre os guerrilheiros, consegui totalizar 15 viagens à região do Araguaia. Esclareço, neste ponto, que auxiliou-me sobremaneira o fato de, em julho de 2009 comecei a integrar, na condição de Observador Independente e representando a Universidade de Brasília, o Grupo de Trabalho Araguaia

---

<sup>20</sup> Os quais, como já relatado, foram objeto de minha dissertação de mestrado, “O imaginário dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia” (2005), quando consegui obter narrativas orais de 26 militares que participaram dos combates, incluindo generais da ativa, abrindo assim uma nova perspectiva acadêmica.

<sup>21</sup> Os camponeses foram pela primeira vez abordados em 1980, quando o PC do B promoveu uma “Caravanas” com familiares de guerrilheiros desaparecidos na região do Araguaia. Em 1997, Romualdo Pessoa Campos Filho, professor da Universidade Federal de Goiás, publicou em livro sua dissertação de mestrado sobre o tema, na qual abordou, pela primeira vez academicamente, a perspectiva dos camponeses sobre o episódio. Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997.

(GTA), que busca os restos mortais dos desaparecidos do Araguaia, dando cumprimento a uma sentença judicial<sup>22</sup>. Na condição de Ouvidor, minha missão tem sido auxiliar os familiares localizando e entrevistando moradores da região, ex-guias dos militares e ex-jagunços atrás de informações que levem a restos mortais dos guerrilheiros ou que ajudem a reconstituir as circunstâncias detalhadas da morte de cada um dos guerrilheiros.

Obviamente, a participação efetiva nessas expedições têm-me ajudado a compreender, reconstruir e analisar a memória dos Guerrilheiros do Araguaia. A surpresa, que não estava nos planos iniciais, foi descobrir que os moradores da região são preciosas fontes de informações também para minha pesquisa acadêmica.

Muitos deles resguardam em suas lembranças informações mais precisas e detalhadas sobre a guerrilha do que os próprios guerrilheiros sobreviventes – sem dúvida o fato histórico e político mais relevante de suas vidas. Mais que isso, são eles os únicos que estiveram na região antes, durante e depois da guerrilha. Conviveram com os guerrilheiros na intimidade, como amigos ou inimigos. Conversaram com eles à exaustão, até mesmo nos instantes anteriores às mortes. São testemunhas privilegiadas, enfim; alguns deles, aliás, muito mais privilegiadas do que os próprios guerrilheiros sobreviventes. Em muitos casos, será através dos camponeses que os mortos poderão “narrar” suas memórias.

Mas os mortos falam? Cabe aos pesquisadores, de História, Antropologia, Arqueologia, seja lá qual ciência for, encontrar meios de conversar com eles. No caso dos guerrilheiros do Araguaia, os mortos deixaram suas memórias gravadas em uma documentação escrita, como já dito, mas também as construíram no imaginário dos moradores da região, com quem conviveram por oito anos consecutivos; no imaginário dos militares que os combateram; como também nas lembranças de seus familiares e entes queridos que deixaram para trás nas cidades.

---

<sup>22</sup> A sentença judicial que obriga o Estado a enviar esforços para localizar e entregar os corpos dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia é de 2003. No início de 2009, contudo, a juíza Solange Salgado, desde então titular da 1ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, passou a pressionar o governo a cumprir a ordem. O presidente Luis Inácio Lula da Silva determinou ao então ministro da Defesa, Néelson Jobim, que tomasse providências. Foi criado o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), diretamente subordinado a um Comitê Interinstitucional, formado por representantes da Presidência da República, de familiares de desaparecidos, partidos políticos, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Defesa e Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. O grupo de trabalho, era formado por familiares, pesquisadores, observadores independentes, geólogos, legistas, antropólogos e representantes do governo do Pará. Os militares, por sua vez, participam fornecendo a logística durante as buscas. A UnB participa com a indicação de uma equipe de geólogos e outra de legistas, além deste observador-independente. No governo de Dilma Rousseff, ocorreram algumas alterações. Primeiro, a coordenação do grupo passou a ser tripartite, dos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. O nome mudou de GTT para GTA, Grupo de Trabalho Araguaia. O grupo também foi ampliado, incorporando mais familiares e representantes de outros Estados e de instituições.

Para tentar reconstruir as memórias dos guerrilheiros, até a presente data, consegui localizar e entrevistar *in loco* 24 camponeses, a maior parte antigos guias a serviço dos militares. Fizeram relatos absolutamente desconcertantes, alguns deles gravados em vídeo, sobre como “caçaram” os guerrilheiros, os mataram com as próprias armas e cortaram suas cabeças. Apontaram os locais onde enterraram os corpos, ou onde os deixaram a céu aberto, como alimentos para pacas, tatus e urubus. Narraram como levaram as cabeças para as bases militares a fim de pegar seus prêmios em dinheiro.

Descortinam ainda dezenas de episódios sobre a morte em combate de alguns guerrilheiros. Ou detalharam as prisões e os depoimentos que prestaram a militares, ou ainda as conversas informais que os guerrilheiros mantiveram com eles próprios, esses guias-caçadores. São as memórias do cárcere – algumas delas bastante ricas em detalhes, como as memórias dos guerrilheiros desaparecidos “Josias” e “Daniel”, sempre de acordo com a reconstituição de camponeses.

“Josias”, por exemplo, codinome do estudante de Medicina Tobias Pereira Júnior, foi preso no início de dezembro de 1973. Teria demonstrado arrependimento por estar na guerrilha. Queria sobreviver e demonstrava muito medo de morrer. Segundo 13 depoimentos de camponeses e de militares por mim recolhidos, Tobias teria colaborado com os militares por quatro meses consecutivos. Desenhou mapas, levou-os a pontos secretos, relatou episódios da guerrilha. Permaneceu por todo esse tempo na Base Militar de Xambioá. Fazia suas refeições entre os oficiais. Conversava livremente com militares e camponeses. Esses últimos guardam em suas memórias os muitos diálogos que mantiveram com Tobias, as histórias sobre a guerrilha e os esclarecimentos sobre episódios específicos. Em abril de 1972 Tobias foi visto pela última vez, entrando em um helicóptero da Força Aérea. Era esse o procedimento dos militares em casos de execução. O helicóptero foi visto por camponeses retornando sem o guerrilheiro.

Daniel Ribeiro Calado, por sua vez, foi preso entre abril e maio de 1974, quando tentava escapar da região. Já havia conseguido atravessar o rio Araguaia do Pará para Goiás, hoje Tocantins. Ficou preso por cerca de três semanas. Não teria colaborado com os militares. Mesmo porque, àquela altura, já não havia mais quase nenhum guerrilheiro vivo, nem os sobreviventes sabiam mais onde os demais estariam escondidos. Mas Daniel teria conversado bastante com militares e camponeses. Pelo menos oito camponeses conversaram com ele. Curiosos, queriam saber detalhes de episódios. Daniel esclareceu o que pôde a militares e

camponeses. Quando já não tinha mais o que contar, embarcou em um helicóptero e depois desapareceu em algum ponto das selvas.

Nessas narrativas orais, os camponeses também relataram as execuções dos prisioneiros. Quase todos os guerrilheiros tinham as últimas palavras a dizer, segundo as reminiscências dos camponeses. O guerrilheiro José Teodoro Castro, o “Raul”, teria cuspidido na cara do capitão Sebastião de Moura, o “Curió”, segundos antes de levar um tiro na cabeça. O guerrilheiro Cilon da Cunha Brum, o “Simão”, teria emitido um grito de pavor na hora da morte. Lúcio Petit da Silva, por sua vez, teria gracejado quando viu o grupo de militares, à paisana e cabeludos, que foram buscá-lo para a execução. “É com essa tropicália que vocês esperam derrotar a revolução?”, teria dito.

O caso das “últimas palavras” que mais me chama a atenção é o de Dinalva Conceição Teixeira, a “Dina”. “Vou morrer agora?”, teria indagado Dina ao militar. “Vai, agora você vai ter que ir”, teria respondido. “Então me mata de frente, eu não quero morrer de costas”. “Então vira prá cá”. Dina teria encarado o algoz nos olhos; demonstrava mais orgulho do que medo. Levou o primeiro tiro no coração. O segundo na cabeça<sup>23</sup>.

Outros desses camponeses entrevistados não eram ex-guias ou ex-matadores a serviço do Exército. Eram, simplesmente, moradores da região quando lá chegaram os guerrilheiros – e depois os militares. Suas memórias guardam narrativas extremamente ricas em detalhes sobre o imaginário e o cotidiano dos guerrilheiros. Além das entrevistas orais que pude realizar, encontra-se disponível para pesquisa cerca de outras 90 oitivas de moradores da região ou de militares que outros membros do grupo de trabalho conseguiram efetivar, no total de 120 narrativas. Há ainda quase duas centenas de outros depoimentos de camponeses prestados ao longo das décadas de 1990 e 2000 ao Ministério Público ou à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. No total, restam disponíveis cerca de 300 depoimentos ou entrevistas com moradores da região sobre a guerrilha à disposição da pesquisa histórica.

### **A memória, o perdão e o esquecimento**

Além da dimensão metodológica, a Guerrilha do Araguaia trás a oportunidade de se analisar e questionar as dimensões do perdão às violações de Direitos Humanos cometidos pelos militares, assim como sobre o alcance a a interpretação da Lei de Anistia, promulgada em 1979. A questão comporta múltiplos aspectos de ordem jurídica, ética, política, institucional, teológica, psicológica, filosófica. Mas neste momento em que o país se vê às

---

<sup>23</sup> Cheguei a relatar esse diálogo no livro *A Lei da Selva* (STUDART, 2006: 55-58).

voltas com a instalada Comissão da Verdade, emergem duas questões essenciais para a História: a memória e o esquecimento.

Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Nietzsche – são muitas as contribuições dos pensadores clássicos sobre memória e História, esquecimento e perdão. Mas neste texto proponho abordar o tema com ênfase especial nos pensamentos de Paul Ricoeur e de Hannah Arendt.

Ricoeur enfrentou ao longo de toda a juventude a dor da ausência do pai. Ele nasceu em 1913. Um ano depois seu pai seguiria para uma daquelas trincheiras da Primeira Guerra. Aguardou-o com ansiedade até o final dos conflitos. Muitos pais retornariam com vida, ou em caixões. Mas o pai de Ricoeur permaneceria ausente. Desaparecera exatamente no Dia da Vitória. Assim, o sentimento de ausência tornou-se a maior presença em sua vida. Os restos mortais só seriam encontrados em 1932. Ricoeur forjou todo o seu pensamento uma constante contra a violência. “Meu pai morreu por nada”, escreveria mais tarde.

Na obra *A memória, a história e o esquecimento*, publicada em 2000, Ricoeur nos brinda com uma contribuição para a historiografia ao estudar questões como “justa memória”, ética e filosofia política. Esquecimento é uma das questões mais sulfurosas da Filosofia. É difícil pensar sobre o tema sem reduzi-lo ao simples “apagar”, à não-memória (Cf. RICOEUR, 2010).

Ricoeur se propôs a pensar no esquecimento a perspectiva do esquecimento proposital e das conveniências políticas, ou seja, quando uma sociedade, prefere esquecer de certos acontecimentos do passado em nome da pacificação ou das conveniências presentes ou futuras. Como foi o caso da Alemanha pós-guerra, que desejava esquecer a tragédia do nazismo e do holocausto. Ou a França do mesmo período, que também não queria lembrar do governo colaboracionista de Vichy, ou da violenta repressão política na Argélia. Ou mesmo no Brasil, quando determinado segmento político impôs uma “lei do esquecimento” para anistiar os atos de exceção do regime de 1964<sup>24</sup>. Em fins dos anos 1990, Ricoeur começou a refletir sobre essas questões a partir da experiência política da África do Sul, que havia

---

<sup>24</sup> Refiro-me, neste caso, à Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 1979, que se propunha a perdoar os “crimes” da luta armada, incluindo os guerrilheiros do Araguaia, objeto desta pesquisa, mas que também perdoava os chamados “crimes conexos”, numa referência aos atos de exceção dos agentes do Estado, crimes como sequestro, tortura, execução de prisioneiros e ocultação de cadáveres. Sobre esse tema, esta pesquisa se propõe a abrir um canal de diálogo com Ricoeur.

instaurado a Comissão da Verdade e Reconciliação para apurar os crimes políticos do apartheid<sup>25</sup>.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, o autor propõe uma dialética do *lembrar* e do *esquecer* para tratar de questões como a anistia e o perdão político. Nessa dialética, tanto o lembrar quanto o esquecer operam segundo o que o presente quer para si no presente e no futuro. Ele distingue anistia do perdão. Para Ricoeur, o perdão é categoria não jurídica, não pode ser imposto com base numa lei.

Mas a anistia pode. Geralmente a anistia tem por objetivo cicatrizar à força, é uma trégua para que determinadas sociedades possam continuar fluindo e as pessoas vivendo seus cotidianos. Assim, a anistia, segundo a proposta de Ricoeur, seria o esquecimento imposto, uma amnésia coletiva, que impede uma reelaboração do passado. A anistia impediria o perdão. Para haver perdão, é preciso extrair mágoas. Portanto, só a narrativa e a memória permitem o perdão.

Ricoeur procurou primeiro decifrar o enigma da representação do passado na memória. Ele parte da ideia de que a memória é sempre seletiva; e o homem vive, em sua historicidade, uma incessante dialética entre a recordação e o esquecimento. Cada indivíduo participa, simultaneamente, de vários campos da memória, conforme a perspectiva que se coloca e a sua retrospectão. Exemplos concretos são os dos ex-guerrilheiros, como Lúcia Regina Martins e Micheas Almeida, que apresentam narrativas orais repletas de amnésias, conforma acima relatado.

Está em Platão o primeiro registro dessa questão. Ricoeur foi buscar em um dos diálogos de Sócrates, *O Teeteto*, inspiração para tratar da imagem-recordação (*eikôn*) a fim de sublinhar um grande paradoxo. Qual seja, o de que o *eikôn* é a presença da ausência, é a presença na alma do homem de uma coisa ausente. A esta característica da memória, Aristóteles contribuiu com uma outra: existe na memória uma linha de fronteira entre a imaginação e o *phantasma*. A essas duas manifestações de traços da memória, Aristóteles apresentou uma outra, a possibilidade do esquecimento ser historiável.

Ao analisar os clássicos, Ricoeur contribuiu com os princípios do “esquecimento irreversível” e o “esquecimento de reserva”. O primeiro habita o reino do vazio. No segundo

---

<sup>25</sup> O governo, presidido por Nelson Mandela, buscava a reconciliação. Para isso, buscava reintegrar parte dos algozes do apartheid a fim de seguir em frente. Os parentes das vítimas, por sua vez, exigiam apuração dos crimes e punição. Mandela chamou o bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz de 1984, para presidir uma Comissão da Verdade e Reconciliação. A fórmula encontrada foi permitir a reintegração dos algozes, desde que contassem o que realmente sabiam. Ou seja, como morreram as vítimas do regime, e onde estariam os restos mortais dos desaparecidos.

caso, o esquecimento se reveste de uma significação positiva. Santo Agostinho, em Confissões, XI, centrou a recordação na alma, sua medida de tempo, sendo esta “experienciado como uma indizível tensão entre a *anamnese* e as saudades do futuro”, criando assim sua escatologia e fazendo do “presente histórico um permanente ponto de encontro da recordação com a esperança” (Cf. CATROGA, 2009: 12). Ricoeur, por sua vez, acentuou o “olhar exterior” da memória ao destacar sua dimensão coletiva, ou seja, os conceitos de “memória social”, “memória coletiva” e, conseqüentemente, sua entificação de “sujeitos sociais coletivos” (civilização, nação, povo, classe, raça) (Cf. CATROGA, 2009: 13).

Ricoeur defende ainda a ideia de uma coexistência interna entre “memória pública” e “memória privada”, no qual ambas interagem e se formam simultaneamente. Assim, tenta buscar os fundamentos de uma terceira via entre o atomismo social extremo e o organicismo totalizante, onde a memória coletiva emerge substantivada como memória histórica e, sobretudo, como memória nacional.

Ele foi buscar Nietzsche para sublinhar o papel positivo da amnésia na consolidação da memória individual e coletiva. Para ele, o ausente pode ser tão importante como o lembrado. Com a palavra Catroga, intérprete de Ricoeur:

*Memória e esquecimento se exigem reciprocamente. Se a vida é impossível sem a primeira, nem que seja ao nível de sua ação como proto-memória ou como habitus, ela seria igualmente impossível sem o esquecimento”* (CATROGA, 2009: 19).

Ainda segundo Catroga, a memória, seja ela subjetiva ou coletiva, tende a ser esquecer-se do esquecido que constrói, bem como a não reconhecer que ela é uma espécie de ponta do iceberg do subconsciente ou inconsciente: “Quer isto dizer que o ausente pode ser tão importante quanto o lembrado” (CATROGA, 2009: 21).

Hannah Arendt é outra pensadora que nos apresenta relevante contribuição da memória e do esquecimento. Como nenhum outro, a meu ver, ela conseguiu analisar o extremismo ideológico e o totalitarismo político do Século XX, o “século mais terrível da história”, nas palavras de Isaiah Berlin (Cf. HOBBSAWN, 2001: 11), aquele tempo no qual nossos jovens estudantes pegavam em armas para fazer a revolução socialista – ainda que corressem o risco de desaparecer em “algum lugar das selvas amazônicas”.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Esclareço que tomei emprestado um jargão dos guerrilheiros do Araguaia. Quase todos os seus manifestos ou “Comunicados ao Povo” terminavam com a assinatura: “De algum lugar das selvas amazônicas: FOGUERA” (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

Em seus textos mais recentes, das décadas de 1960 e 1970, Arendt reivindica a importância da memória na vida pública, como discute questões como valores permanentes, o certo e o errado, o passado, a memória e o esquecimento, culpa e silêncio, responsabilidade e julgamento dos agentes do Estado por crimes políticos. Ou seja, nesses últimos escritos, Arendt tinha a intenção de salvar os fenômenos morais e mostrar ao mesmo tempo que “o passado nunca está morto, nem sequer é passado”, escreveu: “Em outras palavras, é bem verdade que o passado nos assombra; é função do passado assombrar a nós que somos presentes e queremos viver no mundo como ele realmente é, isto é, como se tornou o que é agora (ARENDR, 2004: 341).

Arendt trata das “realidades desagradáveis ou indesejadas” que muitos governantes tentam varrer para debaixo do tapete do imaginário através do esquecimento coletivo, da ocultação de documentos ou da manipulação da opinião pública. “É bem verdade que o passado nos assombra”, ensina Arendt. Mas acredito ter chegado a hora de pesquisar, analisar e refletir sobre o direito à memória e à verdade sobre nossa própria história – sem esquecimentos. Por essa razão, pesquiso esse tema. Com a palavra, Hannah Arendt:

*Senhoras e senhores, enquanto lentamente saímos dos escombros dos acontecimentos dos últimos anos, não vamos esquecer esses anos de aberração para que não nos tornemos inteiramente indignos dos promórdios gloriosos de duzentos anos atrás. Quando os fatos, como tiros pela culatra, se voltam contra os malfetores, tentemos pelo menos acolhê-los da melhor forma possível. Não vamos tentar escapar para utopias – imagens, teorias ou pura insensatez. A grandeza desta República foi dar, por amor à liberdade, o devido valor ao que há de melhor e pior nos homens (ARENDR, 2004: 345).*

## **Conclusão**

No Brasil do tempo presente, recaiu sobre os ombros de Dilma Roussef a missão política de resgatar três grandes ausências da nossa História. Seus dois antecessores, Fernando Henrique e Luis Inácio Lula da Silva, conseguiram driblar os três assuntos e empurrá-los para frente, na esperança que caíssem no esquecimento do tempo. A primeira ausência é o julgamento histórico, político e jurídico da ditadura militar brasileira e de seus protagonistas mais relevantes. Para esse resgate, em junho de 2012 a presidente já instalou uma Comissão da Verdade. A segunda missão histórica que recaiu sobre a presidente é a busca pelos corpos dos desaparecidos das guerrilhas urbana e rural. Há um grupo de trabalho – criado por Lula, mas por determinação judicial, ressalte-se – que procura os restos mortais dos guerrilheiros do

Araguaia, cujos detalhes já foram abordados neste artigo. Cabe à presidente apoiar e zelar pela eficácia dos trabalhos.

Mas a terceira ausência histórica a ser resgatada, o acesso aos arquivos secretos do Estado, já explodiu no colo da presidente, na forma de uma forte polêmica política, iniciada em 2011, na qual desde então se debate no Congresso Nacional a manutenção (ou não) do sigilo eterno dos documentos oficiais. O sigilo dos documentos da ditadura de Getúlio Vargas, do Ministério das Relações Exteriores e da ditadura militar instaurada em 1964. Enfim, o sigilo não se refere somente às violações dos militares, mas a tudo e a todos! O mais preocupante desse dilema é que, entre o passado e o futuro, a presidente decidiu-se pelo apoio ao sigilo eterno.

A Lei de Arquivos, de 1991, herança do presidente Fernando Collor de Mello, ratificou dispositivos constitucionais, fixando o prazo máximo de sigilo de 30 anos, prorrogáveis uma vez por mais 30 anos. Foi Fernando Henrique Cardoso quem, faltando três dias para apagar seu mandato, baixou um decreto regulamentando a lei de Collor e estabelecendo o tal sigilo perpétuo. Pelo decreto, ainda em vigor, o período de confidencialidade dos documentos ultra-secretos podem ser renovados indefinidamente, de acordo com o interesse do Estado. Desde o início, instaurou-se a polêmica jurídica: o decreto confrontaria a Lei de Arquivos e a Constituição?

A presidente Dilma, apoiada pelos senadores José Sarney e Fernando Collor, almeja que a confidencialidade se tranforme de vez um direito inquestionável do Estado, como pregava Maquiavel<sup>27</sup>. Esquecem que a sociedade tem o direito à memória e a verdade, e que nossa História precisa ser conhecida. Para isso, todos os arquivos precisam um dia serem abertos. Afinal, como nos lembra Bobbio, um dos princípios fundamentais do Estado constitucional é que “o caráter público é a regra, o segredo a exceção” (BOBBIO, 1986: 103).

É assim, senhoras e senhores, que parafraseando Arendt, lentamente saímos dos escombros dos acontecimentos passados através das discussões atuais em torno da Lei da Anistia, da Comissão da Verdade, do sigilo eterno dos arquivos públicos e da busca dos desaparecidos políticos. Da mesma forma, pesquisas de campo e debates teóricos igualmente ajudam na compreensão das tentativas de apagar a memória e dos “ocultamentos” da história

---

<sup>27</sup> Refiro-me aos fundamentos das “Razões de Estado”, legitimando a dissimulação e a falsidade dos governantes como nova tradição do pensamento moderno. Em seus *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel aconselha os príncipes a se resguardarem dos perigos interno e externo, “não deixando para trás nenhum caso documentado de um e de outro” (MAQUIAVEL, 1979: 314-328).

perpetradas pelos militares sobre a dos acontecimentos da ditadura militar brasileira – e de tantas outras ditaduras que vicejaram na América Latina, como a da Argentina.

No caso específico da Guerrilha do Araguaia, os militares primeiro executaram os prisioneiros para que não sobrassem testemunhas. Organizaram a chamada “Operação Limpeza” para cremar o maior número possível de restos mortais. Por fim, promoveram a destruição de documentos nos arquivos secretos dos serviços de inteligência militar. E, ainda assim, restaram milhares de páginas de documentos dispersos pelos arquivos públicos e nos acervos pessoais de oficiais. Como também permanecem vivas as lembranças dos protagonistas sobreviventes, dentre 12 guerrilheiros, camponeses e militares. Resta-nos procurar desvendar, com método e trabalho, suas reminiscências, como definiu Benjamin sobre a obra de Proust. Enfim, é possível que se saia em busca das memórias perdidas.

### **Referências bibliográficas**

- ARENDDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.
- CARVALHO, Luis Maklouf: *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do Conceito de *Mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin”. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993.
- GEERTZ, Clifford Geertz. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força – História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORIN, Edgar. *O Método – Volume 3*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. São Paulo: Autêntica, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo 1*. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, 2ª reimpressão.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva – Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994.